

# O ESTUDO DA EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÔMICA

(Notas Históricas e Metodológicas)

---

## INTRODUÇÃO

À crescente instabilidade do nível do rendimento e da ocupação nas sociedades modernas, especialmente no decorrer do último meio século se deve, obviamente, o enorme interesse pelo estudo teórico ou empírico das flutuações da atividade econômica.

São numerosos e, algumas vezes, de elevada qualidade especulativa os trabalhos que têm sido dedicados à interpretação das causas e ao reconhecimento do mecanismo desses movimentos da economia, trabalhos em geral chamados de estudo dos ciclos econômicos, em razão da repetição de tais movimentos num ritmo aproximadamente periódico, mas hoje abrangidos, também, sob a designação geral de estudo dos movimentos da conjuntura econômica, ou da evolução da conjuntura econômica. Mas, ao proceder a um reconhecimento sistemático desses trabalhos, verifica-se que nem todos têm o mesmo objetivo, nem todos visam ao esclarecimento do mesmo problema; e muito menos se encontra em todos eles a aplicação do mesmo método de investigação.

Esta observação equivale a reconhecer que variam grandemente os limites do estudo das flutuações da atividade econômica, conforme esse estudo se intitule *Teoria dos Ciclos Econômicos*, *Teoria das Crises*, *Dinâmica do Sistema Econômico*, *Análise Conjuntural*, etc., multiplicidade esta que atinge igualmente as orientações metodológicas respectivas.

E, para aumentar a complexidade desse reconhecimento sistemático, acresce que nem sempre nas diferentes épocas históricas (desde princípios do século XIX até hoje) se tem atribuído o mesmo significado (tanto na substância quanto no método) à investigação dos movimentos conjunturais abrangida por uma mesma designação ou por designações semelhantes.

Assim, por exemplo, a obra de R. F. Harrod, *The Trade Cycle*, é um verdadeiro estudo de dinâmica econômica, dificilmente

enquadrável seja na orientação seja na delimitação do campo investigado que se encontram nos trabalhos de W.C. Mitchell que levam o título geral de *Business Cycles*.

Por todos estes motivos pareceu-nos de grande utilidade um reconhecimento dos esforços feitos para esclarecer os problemas relacionados com as variações de intensidade da atividade econômica. É este trabalho uma simples contribuição para esse reconhecimento aqui levado a cabo desde princípios do século XIX até princípios deste século, aproximadamente, deixando de lado as contribuições mais modernas.

Mas não é nossa intenção, neste trabalho, proceder a uma descrição, ordenada cronologicamente ou segundo outro qualquer critério, das teorias com que desde o início do século passado se tem tentado interpretar o caráter instável dos movimentos da economia. Nem tampouco fazer uma revisão crítica das principais dessas tentativas de enquadramento num sistema lógico e abstrato das irregularidades decorrentes da evolução econômica. A descrição das teorias dos ciclos está feita magistralmente (1). A sua apreciação encontra-se, não só nos sucessivos economistas que têm tomado para ponto de partida da elaboração das suas próprias explicações uma crítica às idéias dos seus antecessores, mas ainda nalgumas obras de penetrante análise crítica e de balanço retrospectivo do caminho percorrido.

Não nos propomos percorrer esse caminho já andado, nem tal propósito seria compatível com os estreitos limites deste trabalho. Tem, no entanto, sido prestada pequena atenção, quer nos parecer, às condições criadas pelo próprio estado do corpo central da teoria econômica, em cada momento da sua evolução histórica, à explicação das crises, dos ciclos ou da dinâmica econômica em geral. A construção de esquemas teóricos abstratos, destinados a concentrar em algumas uniformidades, algumas regras gerais toda a complexidade dos movimentos da conjuntura econômica, tem sido influenciada de uma maneira decisiva pelas próprias concepções do corpo central do sistema teórico aceito pelos economistas. A natureza própria e o alcance dessas concepções umas vezes constituiu obstáculo intransponível à elaboração de interpretações teóricas dos sobressaltos sofridos pela vida econômica, outras vezes condicionou-as de maneira decisiva, marcando indelévelmente tais interpretações.

À análise dos termos em que se exerceu essa influência, em que se desenvolveu esse paralelismo entre teoria econômica geral e

---

(1). — V. Alvin H. Hansen, *Business Cycle Theory. Its Development and Present Status*, Boston, 1927; Warren M. Persons, *Theories of Business Fluctuations*, in *Quarterly Journal of Economics*, vol. XLI, artigo reproduzido em *Forecasting Business Cycles*, New York, 1931; A. L. Macfie, *Theories of the Trade Cycle*, London, 1934; Gottfried Haberler, *Prosperité et Dépression, Étude Théorique des Cycles Economiques*, Genève, S. D. N. 3me. ed., 1943.

teoria das crises ou dos ciclos, bem como à evolução do aspecto metodológico do problema também será prestada alguma atenção neste trabalho.

Como acertadamente observou Bouniatian, tôda a teoria das crises digna dêsse nome deve satisfazer às exigências seguintes: deve em primeiro lugar indicar um conjunto completo de circunstâncias ligadas orgânicamente entre si e produzindo orgânicamente as crises; deve ser, em segundo lugar, uma teoria dos ciclos econômicos, nos quais a crise apareça como fase particular; em terceiro lugar, deve não somente fazer ver as causas que produzem as crises, mas mostrar todo o mecanismo do aparecimento e do desenvolvimento dos ciclos econômicos, isto é, fazer ver não somente o *que* provoca as crises, mas ainda *como* elas nascem e se desenvolvem; deve, para isso, fornecer a explicação de todo o mecanismo da formação e do movimento dos preços, isto é, uma teoria da conjuntura ou dos movimentos dos preços; enfim, deve estar de acordo com as teorias referentes aos fenômenos mais importantes da vida econômica e social e formar com essas teorias um sistema completo de economia política (2).

Sendo assim, a natureza dos métodos utilizados está, especialmente em certas fases da investigação, estreitamente ligada ao problema das relações entre a teoria econômica geral e a teoria das flutuações econômicas. Daí a necessidade de uma breve revisão metodológica (3).

Momentos houve em que a teoria econômica geral foi elaborada na ignorância completa do caráter de instabilidade que já então dominava a vida econômica das nações, ou até em termos tais que se invalidava *a priori* qualquer tentativa de explicação em tēr-

---

(2). — Segundo a justa expressão de Böhmer-Bawerk, "a teoria das crises já-mais pode ser a investigação de uma parte distinta dos fenômenos econômicos, mas deve sempre, para não ser um simples divertimento de diletante, constituir ela própria o último ou o penúltimo capítulo de um sistema de economia política escrito ou não escrito". (No "comptendu" do livro de Bergmann, *Geschichte der nationalökonomischen Krisentheorien*, in *Zeitschrift für Volkswirtschaft, Sozialpolitik und Verwaltung* vol. VII, pag. 112; citado por M. Bouniatian, *Les Crises Economiques*, Paris, 2a. ed. francesa, 1930, pag. 28).

(3). — Uma observação indispensável: não tivemos em vista, repetimos, fazer a enumeração das proposições constantes das principais construções teóricas ou empíricas, nem proceder ao seu exame crítico. Nem também foi nossa preocupação fazer referência aos autores principais de cada explicação diferente da evolução da conjuntura econômica: apenas nos referimos a um autor quando dêle tenha partido a iniciativa de uma orientação metodológica nova ou quando a sua obra seja exemplo notável de contradição com a teoria econômica geral. Assim se justifica a ausência neste trabalho de numerosos economistas cuja contribuição para a matéria em causa, sob uma orientação ou outra, é notável, mas que não trouxeram inovações de método nem colocaram sob um ângulo novo o enquadramento das suas idéias sobre as crises e os ciclos econômicos num plano mais vasto. Talvez essa não seja explicação suficiente para a total ausência de referências ao economista alemão Karl Marx. Apenas uma parte daquilo que na sua obra poderia ser observado, no ponto particular que nos importa, encontra-se dito em relação aos economistas socialistas Sismondi e Rodbertus. Reconhecemos, portanto, a necessidade de tratar em trabalho especial da contribuição de Marx para a investigação da conjuntura econômica.

mos gerais dessa instabilidade. Foi o caso da teoria do equilíbrio econômico geral, com a qual não se coadunava uma explicação das crises que não as atribuisse a circunstâncias meramente fortuitas, alheias à engrenagem do sistema econômico. Depois, essa incompatibilidade foi-se atenuando, sucedendo-se as tentativas de conciliação das teorias clássicas da acumulação do capital e do mercado com uma formulação orgânica ou endógena das relações de casualidade na base da eclosão das crises periódicas, num longo e penoso esforço a que ficaram ligados os nomes de Tugan-Baranowski, Bouniatian, Lescure, Aftalion, Spiethoff e outros.

As crises aparecem já como fenômenos inerentes ao sistema econômico, traduzindo os desequilíbrios orgânicos da economia capitalista. Mas a sua compreensão, nessa qualidade, só progrediu consideravelmente quando o seu estudo foi substituído pelo dos ciclos econômicos, isto é, quando a atenção dos economistas passou a incidir de preferência sobre a totalidade do processo evolutivo cujo desfêcho apenas nalguns casos constitui a crise, sobre o ciclo econômico nas suas diversas fases. Neste ponto tem uma importância decisiva as contribuições seja dos estatísticos puros, que apenas forjaram ou aperfeiçoaram os instrumentos necessários para o estudo dos ciclos econômicos em toda a sua complexidade e integridade, seja dos economistas-estatísticos, que destrincharam a trama dos fenômenos econômicos e analisaram meticolosamente a evolução do mecanismo cíclico em toda a sua extensão.

Quando esta fase da investigação da conjuntura econômica se cumpriu, estava-se já na ante-câmara dos estudos modernos da dinâmica econômica, os quais, consagrando o princípio da procura das causas das flutuações cíclicas na própria natureza do sistema, deram verdadeiro sentido à expressão "investigação da evolução da conjuntura econômica".

É talvez útil condensar num esquema todo o caminho que foi percorrido. Agrupamos as diferentes orientações de investigação da conjuntura econômica, sob o duplo ponto de vista do método e das relações com a teoria econômica geral, em três ramos principais. O primeiro é o dos *precursores* e nele se encontram agrupadas contribuições que são predominantemente do século passado, as quais na sua maior parte fôram ultrapassadas por trabalhos posteriores. O que delas tenha ficado de contribuição positiva acha-se integrado nos trabalhos dos dois últimos ramos, que são aqueles que englobam as explicações e interpretações da evolução da conjuntura econômica de valor atual (*estudos empíricos e estudos teóricos*). Inevitavelmente, essa classificação, como todas as classificações, tem muito de arbitrário; mas nem por isso deixa de ser útil à ordenação da matéria. Neste trabalho discutimos apenas as contribuições anteriores ao fim do primeiro quartel deste século.

ESQUEMA DAS ORIENTAÇÕES DE INVESTIGAÇÃO DA CONJUNTURA ECONÔMICA

**I. — Os precursores**

1. — *Os economistas clássicos*: Adam Smith, David Ricardo, James Mill, J. S. Mill.  
Simples descrição de situações catastróficas (crises) ou sua explicação em função de circunstâncias externas ao sistema econômico.
2. — *O pensamento econômico heterodoxo e socialista*: Sismondi, Rodbertus, Malthus.  
Explicação das crises em função da natureza própria do sistema econômico, iniciando a transição para as explicações causais.
3. — *Primeiras investigações teórico-estatísticas*: Clément Juglar, E. de Laveleye.  
Lançamento dos fundamentos objectivos da teoria dos ciclos econômicos, com a identificação dos movimentos recorrentes de expansão e contração.
4. — *As teorias exógenas*: W. S. Jevons, H. S. Jevons, H. L. Moore.  
Os ciclos econômicos considerados como fenômenos de origem estranha à essência do sistema econômico, mas nele provocando reações automáticas.
5. — *Identificação dos primeiros elementos da moderna teoria dos ciclos*: K. Wicksell, Tugan-Baranowski, Bouniatian, A. Aftalion, J. A. Schumpeter, Spiethoff.  
Início da elaboração da teoria macro-econômica dos ciclos.

**II — Os estudos empíricos**

6. — *Os serviços de previsão econômica particulares e os barômetros econômicos*.  
Aplicação das aquisições então recentes da técnica estatística de análise das séries de tempo, sem orientação teórica explícita.
7. — *O estudo estatístico dos ciclos pela escola de W. C. Mitchell*.  
Medição de várias características cíclicas, sem arcabouço teórico.
8. — *A Conjunturaologia de E. Wagemann*.  
Estudo da conjuntura como sintomatologia econômica.

### III — Os estudos teóricos.

9. — *Teorias neo-clássicas do ciclo econômico*: Hayek, Hawtrey, Robertson, Haberler, Pigou.  
Interpretações teóricas dos ciclos econômicos anteriores à obra de J. M. Keynes ou alheias à sua influência.
10. — *Aplicação à interpretação do ciclo econômico dos elementos da teoria geral do emprêgo e do rendimento*: A. H. Hansen, R. Harrod, J. Angell, J. R. Hicks.
11. — *Análise econométrica dos ciclos econômicos*: J. Tinbergen, R. Frisch, M. Kalecki, P. A. Samuelson.

#### I. — Os economistas clássicos

David Ricardo (1772-1832) ocupou-se das “crises” apenas como de um problema secundário dispensável para a compreensão das suas idéias centrais. Além do mais, fator a acentuar essa falta de interesse pelo problema, o capitalismo industrial não havia ainda atingido o ponto mais alto do seu desenvolvimento, não se revestindo portanto as perturbações do desenvolvimento econômico da acuidade que vieram a adquirir algum tempo depois.

No período histórico em que Ricardo fez a sua experiência, as grandes perturbações da vida econômica foram provocadas pelas guerras napoleônicas; e, assim, as crises aparecem tratadas em Ricardo como simples incidentes — não obstante reconhecer poderiam adquirir certa gravidade — absolutamente alheios ao próprio mecanismo do sistema econômico.

Esse ponto de vista é expresso no Capítulo XIX dos *Princípios* (4), intitulado: *Sobre as Alterações Repentinhas nos Canais do Comércio*. Neste curto capítulo Ricardo, depois de afirmar que um grande país industrial está particularmente exposto a reveses temporários e a contingências produzidas pelas transferências do capital de uma para outra aplicação, observa que a produção industrial está sujeita, não só às flutuações do gosto dos compradores, mas também às que resultam dos efeitos de uma guerra sobre o comércio externo. Assim, escreve, poderão originar-se prejuízos e desemprego enquanto se verifique a transferência do capital e do trabalho disponíveis de uma aplicação para outra.

“O começo de uma guerra depois de um período dilatado de paz ou da paz depois de uma guerra demorada, ocasiona geralmente grande transtórno na indústria. Modifica-se em grande parte a

---

(4). — V. *Principles of Political Economy and Taxation* (1817), ed. definitiva 1821; trad. francesa de Fonteyrand, *Oeuvres Complètes de David Ricardo*, Paris, 1847.

natureza das aplicações a que se dedicavam antes os capitais dos respectivos países; e enquanto dure o período do seu estabelecimento em situações mais vantajosas, de acôrdo com as novas circunstâncias, grande parte do capital fixo fica sem aplicação, talvez completamente perdido e muitos trabalhadores sem emprego. A duração desta perturbação será maior ou menor conforme a resistência que oponham a maior parte dos indivíduos a abandonar a aplicação do seu capital a que desde longo tempo se acham acostumados" (5).

Vê-se, portanto, que Ricardo apenas considera as crises como consequência das perturbações introduzidas nas trocas comerciais entre as nações pelas guerras. E não só pelas guerras, mas sim, de maneira geral, pelas alterações nas aplicações de capitais determinadas por fatores externos ao sistema econômico, como por exemplo o lançamento de novos impostos.

Mas essas alterações da rentabilidade relativa dos diferentes ramos da produção, para Ricardo, são de duração apenas temporária. Com o tempo tendem a atenuar-se e até a desaparecer completamente, à medida que se vai dando o reajustamento dos meios de produção às novas condições. E a intensidade com que se verificam é maior nos países ricos e poderosos, onde existem avultados capitais aplicados na indústria, do que nos países pobres onde existe, proporcionalmente, uma quantidade menor de capital fixo e onde, para um mesmo fim, se aplica uma proporção maior de trabalho humano.

A crença na inexistência de uma relação intrínseca ligando as crises ao mecanismo da vida econômica, assim manifestada por Ricardo, tem o seu corolário natural nestas palavras: "Deve recordar-se também que, a situação de decadência não é natural no estado social. O homem cresce da juventude até à maturidade; em seguida, decai e morre; porém, não se processa assim o progresso das nações. Estas, quando alcançam um estado de grande vigor podem, com efeito, ser detidas no seu avanço posterior; porém, a sua tendência natural é para continuar a conservar, durante anos, a sua riqueza e a sua população no mesmo estado de prosperidade" (6).

Nada mais natural do que estas palavras escritas em 1817 ou talvez antes. Mas o fato de um século mais tarde ser muito improvável encontrar-se um economista disposto a subscrevê-las, mostra bem como a evolução do capitalismo industrial alterou o panorama da realidade econômica e as idéias dos economistas sobre as crises.

E é assim que Ricardo, em absoluta coerência com a sua interpretação das crises, nega a existência no sistema econômico capita-

---

(5). — Ibidem, trad. francesa, pag. 240.

(6). — Ibidem, pag. 241.

lista de quaisquer tendências intrínsecas no sentido do desequilíbrio.

Ainda que não de maneira direta, dois outros temas da obra de Ricardo encontram aplicação na investigação das flutuações econômicas. Trata-se, por um lado da acumulação do capital e por outro dos efeitos do progresso técnico (7).

Quanto ao primeiro ponto Ricardo, ao reformular a lei do mercado de Say, afirma que do progresso econômico resulta uma tendência histórica para o abaixamento da taxa de lucro, considerada como o princípio motor da acumulação do capital, delineando um instrumento que mais tarde veio a ser utilizado na investigação da conjuntura econômica.

Quanto aos efeitos do progresso técnico, combatido pelo operariado nos séculos XVIII e XIX por virtude da introdução de novas máquinas nos processos fabris dar lugar ao despedimento de parte da mão de obra, contribuindo assim para o desemprego, anteriormente a Ricardo afirmava-se que os receios do operariado não eram justificados senão a curto prazo, porquanto a longo prazo o acréscimo do capital fixo, aumentando a produtividade do trabalho e a produção de bens, só poderia ser benéfico.

Esta questão do *desemprego tecnológico*, objecto de controvérsia até época relativamente recente, foi o tema que durante grande parte do século XIX tomou nas discussões entre os economistas o lugar que mais recentemente veio a ser ocupado pelo ciclo econômico. O desemprego era a manifestação mais evidente das crises incipientes do imaturo sistema capitalista. E, assim, as discussões sobre o desemprego tecnológico tem o seu lugar num panorama histórico da investigação da conjuntura econômica.

Ricardo discorda da opinião corrente e expende o ponto de vista de que, em muitas ocasiões, os receios do operariado podem ser justificados.

Esse ponto de vista encontra-se condensado nas linhas seguintes:

- “1.º A invenção e a aplicação útil do maquinário conduzem sempre a um aumento do produto líquido do país, ainda que não possam aumentar o seu valor senão depois de um breve espaço de tempo.
- 2.º Um aumento do produto líquido do país é compatível com uma diminuição do produto bruto e os motivos determinantes do emprego de maquinário são sempre suficientes para assegurar o seu emprego desde que aumente o produto líquido, ainda que possa, e assim acon-

---

(7). — Esta última questão encontra-se tratada no capítulo XXXI, apenas incluído na 4.ª edição (de 1821) dos *Princípios*, intitulado *Sobre o Maquinário*.



tece muitas vezes, diminuir a quantidade e o valor do produto bruto.

- 3.º A opinião mantida pela classe operária de que o emprego de maquinário é freqüentemente prejudicial aos seus interesses, não se funda em nenhum preconceito nem erro, mas antes se ajusta aos princípios corretos da Economia Política.
- 4.º Se os meios de produção aperfeiçoados em consequência da utilização de maquinário aumentassem o produto líquido do país, de maneira tal que não diminuísse o produto bruto (entendendo sempre quantidade e não valor), então melhoraria a situação de tôdas as classes sociais" (8).

Este ponto de vista foi, durante muito tempo, compartilhado pelos continuadores da Escola Clássica. Mas o tratamento mais pormenorizado dêste assunto terá que ficar para uma outra ocasião. Resta observar que as idéias ricardianas merecem atenção, não por aquilo que nos deixaram sôbre a interpretação teórica das crises, que é bem pouco ou mesmo nada, mas pelas sendas abertas a interpretações posteriores.

Conquanto seja geralmente considerado como seguidor da Escola Clássica, Thomas Robert Malthus (1766-1834) em muita coisa se revela em posições antagônicas às de Ricardo (9), e principalmente no que se refere à teoria da acumulação do capital. Dêste modo Malthus é, ao mesmo tempo, um economista clássico (com as suas teorias da renda e da população) e um opositor da orientação clássica (com as suas teorias da acumulação do capital e do valor).

A sua contribuição para a investigação das flutuações econômicas é importante e consiste em ter êle compartilhado com Sismondi a prioridade da atribuição das perturbações do sistema econômico a causas inerentes ao funcionamento do mesmo.

Essa contribuição de Malthus é assim apreciada por Erich Roll:

"Uma coisa que impressiona na teoria de Malthus (Roll refere-se à teoria da acumulação do capital) é a sua insistência nas contradições e conflitos do sistema capitalista. Esse sistema é considerado como não se ajustando por si mesmo. A não ser que se verifique a existência de uma vasta classe de consumidores improdutivos, ocorrerão inevitavelmente crises periódicas de sobreprodução e fases de estagnação. Pela primeira vez, pelo menos na teo-

---

(8). — *Ibidem*, pág. 368.

(9). — P. Hugon, *História das Doutrinas Econômicas*, São Paulo, 3.ª ed., 1946, págs. 98 e 102.

ria econômica inglesa, é admitida a possibilidade de crises decorrentes de causas inerentes ao sistema capitalista.

É posta em destaque a oposição de interesses entre o capital e o trabalho, ainda mais insistentemente do que em Ricardo" (10).

Esta opinião é a que ressalta da seguinte passagem, escrita por Malthus: "é, na realidade, da maior importância observar que nunca nenhuma capacidade de consumo por parte das classes laboriosas poderá por si só constituir encorajamento para a aplicação de capital" (11).

De acordo com a teoria do mercado de Jean Baptiste Say (1767-1832) (12) é impossível qualquer crise que não seja meramente acidental e passageira, porquanto essas idéias negam a possibilidade de qualquer sobreprodução geral. Segundo essa teoria, a produção cria o seu próprio mercado, pois o produtor, lançando o seu produto no mercado, apenas efetua uma primeira parte do ato de troca; este só fica completo quando o produtor dispender o poder de compra adquirido, comprando uma outra mercadoria. Daí se deduz a impossibilidade de um excesso de produção geral; apenas se admitia a possibilidade de sobreproduções parciais, como consequência da falta de correspondência entre a produção de produtos determinados e a procura dos mesmos.

James Mill (1775-1836) (13) continuou e desenvolveu essas idéias, segundo as quais era impossível um excesso de produção geral.

A teoria do capital, fundada por Adam Smith (1725-1790) (14) e depois desenvolvida por Ricardo e James Mill, encontrou apoio na teoria do mercado de Say, que havia sido endossada por Ricardo, e mais tarde o foi também por John Stuart Mill (1806-1875) (15), recompilador da doutrina clássica.

No fundo, a razão da incapacidade da escola clássica para tratar de uma maneira adequada do problema das crises encontra-se na formulação dada por essa escola à teoria do mercado. Say foi o autor da primeira forma revestida por essa teoria, segunda a qual o mercado de uma mercadoria é criado por outras mercadorias, isto é, os produtos são trocados entre si e o dinheiro apenas desempenha o papel de um simples intermediário da troca. Deste modo é impossível a sobreprodução geral. Quando muito a oferta poderá ser superior à procura num setor particular, mas só

(10). — V. *A History of Economic Thought*, London, 1945, pág. 212.

(11). — V. *Principles of Political Economy*, London, 1820, pág. 471.

(12). — *Traité d'Economie Politique Pratique*, 1803, Paris; 6.<sup>a</sup> ed. 1841, págs. 138-148.

(13). — *Commerce Defended*, London, 1808; *Elements of Political Economy*, London, 1821.

(14). — *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, 1776.

(15). — *Principles of Political Economy*, London, 1848. J. S. Mill refere-se às "crises comerciais" principalmente nos capítulos sobre a taxa de juro e sobre a tendência dos lucros para um mínimo e, apenas de passagem, nalguns outros pontos do seu livro.

nesse setor, havendo forçosamente outro setor no qual ela será inferior à procura.

Nas vivas polêmicas de Say com Malthus, êste último insistiu na possibilidade de uma superioridade da oferta geral dos produtos sôbre a procura social, isto é, na possibilidade da sobreprodução, mas tal não impediu que Ricardo e todos os seus seguidores continuassem na convicção de que a procura social é criada pela própria produção, de que a produção cria o seu próprio mercado. Esta convicção de Ricardo resultava da sua noção do processo de acumulação do capital.

Professando idéias que vinham de Adam Smith, por êle apenas ligeiramente modificadas, Ricardo não podia acreditar que a acumulação do capital diminuísse de qualquer modo a procura determinada pelo consumo. Nas palavras de Adam Smith: "O que se poupa anualmente é consumido tão regularmente como o que se dispende anualmente, e aproximadamente no mesmo espaço de tempo; mas é consumido por uma outra categoria de individuos. A parte do rendimento que os ricos anualmente dispendem é, na maior parte das vèzes, consumida por pessoas inúteis e por empregados domésticos, que não criam nada em troca daquilo que consomem. Enquanto que a parte do rendimento que os ricos anualmente poupam, que em virtude da procura do lucro se torna imediatamente parte integrante do capital, é do mesmo modo consumida, e aproximadamente no mesmo espaço de tempo, mas por uma outra categoria de individuos, pelos trabalhadores, empresários e operários, os quais restituem com uma mais-valia aquilo que consomem anualmente. O rendimento dos ricos, admitamos por hipótese, é-lhes pago em dinheiro. Quando êsse rendimento tenha sido totalmente dispendido, a alimentação, o vestuário e o alojamento que com êsse dinheiro poderiam ter sido adquiridos, terão sido distribuídos pela primeira categoria de individuos citada. Poupano uma parte do seu rendimento e aplicando-a imediatamente como capital, para se beneficiar do lucro, por si ou por intermédio de qualquer outra pessoa, a alimentação, vestuário e alojamento com que essa parte poderiam ser adquiridos revertem, necessariamente, a favor da segunda categoria de individuos citada. O consumo é o mesmo, mas os consumidores são diferentes" (16).

Portanto, para Adam Smith e também para Ricardo e seus seguidores a acumulação do capital equivale ao consumo pelos operários ocupados no processo de produção, idéia que é consequência da confusão estabelecida por Smith entre a remuneração dos operários que produzem os acréscimos do capital e as próprias adições feitas ao capital físico existente. Smith não observou que aqui-

---

(16). — V. op. cit., ed. Edwin Cannan, New York, Modern Library, 1937, Livro II, cap. III, págs. 321-322.

lo que realmente é poupado são os acréscimos ao capital, e êsses não são consumidos. A teoria do mercado de Say, que negava a possibilidade de sobreprodução, recebeu portanto o apóio da teoria clássica da acumulação do capital.

No entanto, como observa Tugan-Baranowski em relação à teoria da acumulação do capital, "tôda uma série de fatos da economia capitalista se torna incompreensível: o empobrecimento das massas populares no século XIX, enquanto que aumentava a riqueza nacional e a acumulação do capital se fazia cada vez mais rapidamente. (...)

"Esta teoria também não explica uma outra particularidade característica da evolução da economia capitalista, a periodicidade das crises. Nas primeiras décadas do século XIX, quando as crises industriais se repetiam sem grande regularidade, podia crer-se que elas fôsem devidas a perturbações acidentais na circulação das mercadorias, provocadas, por exemplo, pelas guerras. Mas quando se observou que em cada dez anos se produzia na Inglaterra uma crise violenta, contra a qual eram impotentes todos os remédios, compreendeu-se a necessidade de uma teoria das crises que explicasse as leis pelas quais elas são regidas na organização econômica.

"Quanto à teoria dos mercados da escola clássica, que negava a possibilidade de uma sobreprodução geral de mercadorias, — o que constituia o traço característico de tôda a crise industrial — não sòmente não as soube explicar, mas dispunha-se mesmo a contestar a regularidade e a periodicidade destas crises. Foi esta insuficiência manifesta da teoria clássica — a sua impotência para explicar fatos positivos da economia capitalista — que provocou o aparecimento na ciência econômica de uma teoria do mercado oposta, desenvolvida por Sismondi" (17).

Ainda algumas considerações, para terminar esta referência a Smith, Ricardo e seus continuadores. A economia política clássica ocupava-se mais da distribuição do produto social do que do seu volume. Em apóio desta observação pode-se citar, como o fez Keynes, a famosa declaração de Ricardo a Malthus de que a Economia Política não é uma investigação da natureza e das causas da riqueza, mas "das leis que determinam a divisão do produto da atividade econômica geral entre as classes que concorrem para a sua formação" (18). O classicismo econômico, por outras palavras, tenta explicar os determinantes das participações relativas no rendimento nacional dos diferentes fatores da produção, de preferência a explicar as forças que determinam o nível dêsse rendimento (que também pode ser chamado de nível do emprêgo ou

(17). — Tugan-Baranowski, *Les Crises Industrielles en Angleterre*, 1.<sup>a</sup> ed. russa 1894, trad. francesa revista e aumentada, 1913, págs. 194-197. Sobre a crítica dêstes dois princípios da economia clássica, sob o ponto de vista da investigação das crises, ver por exemplo Tugan-Baranowski, op. cit. pág. 191-197.

(18). — V. *Letters of Ricardo to Malthus*, 1810-1823, ed. J. Bonar, 1887, pág. 175.

da actividade econômica em geral). E não admira que assim seja, pois a hipótese implícita no sistema clássico (que se torna explícita na lei do mercado desenvolvida por Say, James Mill e, em certa medida, por Ricardo) é que o sistema econômico tende espontaneamente a produzir o emprego integral dos recursos disponíveis.

Sendo assim, a economia política clássica achava-se dotada de uma incapacidade orgânica, constitucional, para debater frutuosa-mente o problema das crises. Seria necessário rejeitar essa hipótese do equilíbrio e deslocar a atenção para as forças determinantes do nível de rendimento nacional, para que se pudesse estabelecer uma teoria dos ciclos econômicos primeiro, e uma teoria geral da dinâmica do sistema econômico depois.

## II. — O PENSAMENTO ECONÔMICO HETERODOXO E SOCIALISTA

Coube ao pensamento socialista, ainda que nem sempre de maneira teoricamente construtiva, criticar a indiferença da economia ortodoxa ante as crises e chamar a atenção para a necessidade de uma interpretação teórica da vida econômica elaborada em torno do fenômeno crise.

Jean Charles Léonard Simonde de Sismondi (1773-1842), no seu primeiro livro (19) mostrou-se um fiel seguidor da doutrina econômica estabelecida por Adam Smith. Mas, na sua segunda obra econômica (20) revelou-se um crítico da escola clássica, principalmente da obra de Ricardo, contestando não tanto o corpo central das suas idéias teóricas, mas principalmente as suas aplicações à política econômica e o princípio do equilíbrio, que lhe parecia estar em contradição com as crises que nesse primeiro quartel do século XIX já se haviam manifestado.

Assim, a parte mais original da obra econômica de Sismondi é precisamente aquela em que se pretende interpretar teoricamente as perturbações da atividade econômica em função de contradições internas do sistema econômico capitalista. Nisto, a sua contribuição tem algo de semelhante à de Malthus.

A nova teoria do mercado de Sismondi é ao mesmo tempo uma teoria das crises. Segundo esta teoria o aparecimento das crises deve-se à criação pela economia capitalista, em períodos de

---

(19). — *De la Richesse Commerciale*, Genève, 1803, 2 vols.

(20). — *Nouveaux Principes de l'Economie Politique*, Paris, 1819, 2 vols. Esta obra foi escrita sob a influência das depressões comerciais verificadas na maior parte dos países da Europa em 1816 e 1819-1820, após as guerras napoleônicas e, em grande parte, em sua consequência. Nela Sismondi procurava a solução daquilo que a seus olhos aparecia como um paradoxo, visível especialmente no caso da Inglaterra: em contrapartida à introdução de novos métodos de produção mecânica, recaía sobre esse país, recém-saído da guerra, uma crise comercial aguda, acarretando graves dificuldades para o operariado industrial. A teoria das crises de Sismondi, contida nos *Nouveaux Principes*, é uma tentativa de resolução do problema pôsto desse modo.

grande atividade industrial, de um excesso de valor dos bens produzidos que não pode ser absorvido pela aquisição de bens de consumo em virtude da pobreza das massas operárias. O mercado para os produtos da indústria é, segundo Sismondi, demasiado pequeno em comparação com as forças produtoras de que o capitalismo dispõe.

Para Sismondi, as crises são causadas pelos seguintes fatores:

1.º — O caráter de concorrência da organização comercial, onde o produtor desconhece completamente o público consumidor para o qual produz ("público metafísico", na própria expressão de Sismondi). O número de consumidores, as suas preferências, o seu poder aquisitivo, tudo são incógnitas para o produtor, o qual, para determinar o volume e a qualidade da sua produção, apenas se pode guiar pelos preços dos produtos. Os preços, ou melhor as perspectivas de lucro (resultantes da comparação dos preços atuais com os custos), são assim o que regula a produção. Mas, desgraçadamente, essa comparação é feita por todos os produtores ao mesmo tempo e na ignorância do que será decidido pelos seus concorrentes, daí resultando quase sempre excederem-se os limites do aumento ou da diminuição da produção que seria necessária para restabelecer o equilíbrio (21).

2.º — A circunstância de ser o volume de capital disponível para ser aplicado e não a procura dos consumidores o fator determinante da produção; a introdução de maquinário determina um aumento rápido da produção em virtude do qual os mercados frequentemente ficam saturados (22).

3.º — A desigualdade da repartição do capital e da terra, a qual aumenta o rendimento dos capitalistas, mas não o poder aquisitivo dos trabalhadores, isto é, da maior parte dos consumidores.

Da ação destes três fatores resulta o desequilíbrio, o qual por sua vez origina as crises, as quais Sismondi afirma serem um aspecto intrínseco do sistema económico capitalista. Esta análise das debilidades do capitalismo forçou os economistas, ainda mesmo os que seguiam na esteira do ortodoxismo ricardiano (23), a dar atenção ao problema do desequilíbrio, quase simultaneamente focado também por Malthus.

Mas Sismondi não foi capaz de articular a sua teoria do desequilíbrio à linha do pensamento de Smith, e Ricardo, o que a dar-se não seria nada estranhável, porquanto ainda mesmo na sua fase de socialista ardente crítico da concepção da harmonia dos interesses e outras peças básicas da escola clássica, não deixou êle de aceitar o corpo da teoria de Ricardo. Nem mesmo foi capaz de formular a sua teoria do desequilíbrio, baseada na falta de harmonia

---

(21). — *Nouveaux Principes*, 2me. ed., vol. I, págs. 325-330.

(22). — *Ibidem*, vol. I, pág. 367.

(23). — V. Erich Roll, *A History of Economic Thought*, pág. 241.

entre as forças da produção e as relações sociais que regulam a sua utilização, de uma maneira precisa e objetiva. A esta circunstância, devemos ainda observar, juntou-se a conclusão um tanto surpreendente que Sismondi extraiu da sua teoria, de uma política econômica a seguir, para fazer com que essa teoria não tivesse produzido no estudo da conjuntura econômica outro efeito senão o de um estimulante de investigações alheias.

Em poucas palavras, a causa fundamental das crises, para Sismondi, é a desigualdade de distribuição dos rendimentos (24). Lamentável foi que êsse argumento, absolutamente novo na época, não tivesse sido elaborado de maneira mais precisa e mais coerente, e que dêle não tivessem sido extraídas tôdas as conseqüências logicamente possíveis.

Na sua teoria do rendimento, o rendimento social é coisa distinta do produto social. O poder aquisitivo disponível para absorver o produto social de um ano é, segundo Sismondi, constituído pelo rendimento global do ano anterior. O excesso de produção resulta, portanto, do acréscimo do produto social em relação ao rendimento do ano precedente.

Dêste modo se vê como as concepções teóricas gerais de Sismondi influenciam a sua teoria das crises. Mentor Bouniatian cita como principais motivos da falência da teoria das crises de Sismondi a existência de uma série de contradições internas na sua exposição do processo de reprodução das riquezas e a inconsistência da sua teoria do rendimento. Não obstante, êsse economista socialista desempenhou papel de relêvo na investigação das crises, não só por ter pôsto em destaque o caráter geral da sobreprodução, mas principalmente por ter pôsto em destaque a importância da repartição, não só para o bem-estar das diferentes classes da população, mas ainda para o desenvolvimento da economia nacional. Em especial a sua idéia da "ligação estreita existente entre o consumo pouco elástico das grandes massas da população e o aparecimento das crises econômicas, foi fecunda para as pesquisas posteriores referentes a êste problema" (25). O pensamento de Sismondi relativo à estreita ligação entre a desigualdade da repartição e as crises econômicas encontra-se formulado de maneira mais precisa em Rodbertus.

Karl Johann Rodbertus (1805-1875) é um dos precursores do socialismo científico, por ter tentado fundir a filosofia socialista com as aquisições da Economia Política. A sua teoria das crises tem um estreito parentesco com a de Sismondi, pois ambas procuram a explicação das crises no domínio da repartição do rendimento social.

---

(24). — Ibidem, vol. I, págs. 75 e segs. e 357 e segs.

(25). — M. Bouniatian, *Les Crises Économiques*, 2.<sup>a</sup> ed. francesa, Paris 1930, pág. 13.

A teoria de Rodbertus baseia-se nas premissas seguintes. O salário tem sempre por limite o mínimo de meios de existência. A produtividade do trabalho cresce com os progressos da indústria, mas o operário continua a receber apenas o seu salário primitivo, baixando, portanto proporcionalmente aos progressos técnicos, a sua parte relativa no produto do trabalho. Por outras palavras, os operários apenas podem consumir uma fração cada vez mais reduzida da produção social.

Resulta daí que, com os progressos técnicos, torna-se livre e deve passar para outros ramos da produção uma fração do capital social ocupado na produção de objetos de consumo para a classe operária. Mas esta passagem não se pode efetuar senão com lentidão e com sobressaltos. Surgindo obstáculos, os ramos da indústria que produzem objetos de consumo para a classe operária não podem fazer escoar todos os seus produtos. Resulta daí uma sobreprodução parcial que, em virtude da dependência existente entre todos os ramos da indústria, se transforma em sobreprodução geral. Tem-se assim o que se chama uma crise industrial (26).

Lógicamente, a teoria de Rodbertus é bem construída. Não partilha das idéias de Sismondi sobre o mercado e não crê que a pobreza da classe operária torne impossível o escoamento da produção social. Para êle, as crises não são provocadas pela modicidade absoluta do salário, mas pelo fato dêste diminuir com os progressos técnicos. Em geral, Rodbertus reconhece como causa das crises não o excesso da produção social, mas a falta de proporcionalidade na sua repartição.

O defeito desta teoria está no desacôrdo entre os seus postulados fundamentais e os fatos, pois é construída de maneira inteiramente apriorística.

### III. — PRIMEIRAS INVESTIGAÇÕES TEÓRICO-ESTATÍSTICAS

Somos assim chegados aos primeiros estudos em que predominou o espírito objetivo e se iniciou a utilização de observações estatísticas referentes às crises econômicas. Êsses estudos, essencialmente estatísticos, tiveram também pretensões de interpretar teoricamente as crises. No entanto, na maior parte dessas tentativas o esquema teórico proposto não procurava estar de acôrdo com os conceitos principais da economia política, de modo que em tais tentativas apenas teve utilidade a sua contribuição para o estudo da periodicidade, da duração e de certas outras características objetivas das crises.

---

(26). — A teoria de Rodbertus encontra-se exposta principalmente nas suas quatro *Cartas Sociais*, dirigidas a Kirchmann (Berlim, 1850-1851).



A Clément Juglar (1819-1905) (27) cabe o mérito de primeiro ter demonstrado a periodicidade das flutuações industriais na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. Esta contribuição foi na realidade importante, porquanto abriu caminho para as teorias interpretativas das crises mais largamente baseadas na aceitação de desequilíbrios internos do sistema capitalista entre as causas determinantes das suas flutuações.

Compilando e comparando elementos dos relatórios dos Bancos de Inglaterra e de França e de vários bancos dos Estados Unidos, bem como provenientes de outras fontes de informação do movimento comercial e financeiro, Juglar chegou à conclusão seguinte, na qual quase que se cifra tôda a sua contribuição positiva para o estudo da conjuntura econômica:

“Sem fazer intervir nenhuma teoria, nenhuma hipótese, a simples observação dos fatos bastou para pôr em relêvo a lei das crises e da sua periodicidade. Há, pois, épocas de atividade, de prosperidade e de alta dos preços que terminam sempre por uma crise e são seguidas por outros anos de estagnação dos negócios, de baixa dos preços, que afetam mais ou menos as indústrias e o comércio” (28).

Mas Juglar tentou também encontrar uma explicação para essa sucessão de períodos alternados de prosperidade e depressão atribuindo-a à flutuação periódica do preço das mercadorias. O período de prosperidade que precede a crise é sempre caracterizado por uma alta dos preços. Esta alta é provocada pelo acréscimo da poupança na economia dos países capitalistas em desenvolvimento, e constitui a situação natural do mercado. A aproximação da crise resulta do retardamento do movimento. Nas próprias palavras de Juglar: “Depois de tudo o que precede, isto é, de acôrdo com a observação dos fatos, o poder de poupança anual nos países civilizados, aumentando sem cessar a sua riqueza, determina sempre, de acôrdo com a importância dessas poupanças, uma alta dos preços; é o estado normal do mercado, o período próspero. A crise aproxima-se quando o movimento afrouxa e estala quando êle cessa. Numa palavra, a principal, poderia dizer a única causa das crises é a suspensão da alta dos preços. Das alturas a que se tinham elevado, vêmo-los descer a cifras mínimas, algumas vêzes abaixo do ponto de partida. E tanto é assim, que muitas vêzes a crise eclode muito tempo depois do acidente que provocou o primeiro abalo, sem no entanto atingir a alta dos preços” (29).

Esta teoria de Juglar, no entanto, também deixa sem resposta o problema das crises, pois não responde satisfatoriamente à

---

(27). — *Des Crises Commerciales et de leur Retour Périodique en France, en Angleterre et aux Etats-Unis*, 1.<sup>a</sup> ed. 1860, 2.<sup>a</sup> ed. 1889, Paris.

(28). — *Op. cit.* 2.<sup>a</sup> ed., pág. XV.

(29). — *Op. cit.*, pág. 33.

questão que se encontra no fundo dêsse problema, isto é, a das flutuações dos preços. E. L. C. de Laveleye (1822-1892) (30), como Juglar, procurou as causas das crises industriais no domínio das condições da troca, do crédito e da circulação monetária. A explicação proposta por êste é um exemplo frisante de como a simples observação empírica desprovida de arcabouço teórico, quando utilizada para sôbre ela construir uma teoria interpretativa, não conduz a nada senão a noções tautológicas ou a confusões funestas entre causas e efeitos. Isso acontece a Laveleye, que toma como causa das crises um dos seus sintomas. Laveleye observa que as crises são invariavelmente precedidas por uma fuga de ouro para o estrangeiro e julga ver nessa fuga a verdadeira causa das crises, pois o comércio da Inglaterra repousa numa grande extensão, sôbre o crédito e êste, por sua vez está indissolúvelmente ligado à reserva metálica do banco central (Laveleye refere-se em especial à Grã-Bretanha, cujas crises estudou particularmente). Tão depressa diminui a reserva do Banco de Inglaterra, propaga-se o alarme pelo país, reduz-se o crédito, baixam os preços das mercadorias.

Tal é a teoria de Laveleye, que no entanto não explica nada, pois a fuga de ouro para o estrangeiro é um sintoma habitual das crises industriais e não a sua causa. Ainda para o desmentido desta pseudo-explicação contribui a objetividade de Tugan-Baranowski, (31) o qual observa que em 1839 as reservas metálicas do Banco de Inglaterra tinham baixado mais do que em 1836 e em 1847, sem no entanto se ter verificado crise industrial em 1839.

Baseando-se em materiais tirados da observação da evolução industrial da Inglaterra, o economista russo Tugan-Baranowski propôs-se provar a existência do ciclo industrial e estudar a sua natureza, afirmando logo de início que é nas crises econômicas que se manifestam as antinomias mais profundas da economia capitalista.

Combinando a utilização de observações estatísticas com raciocínios dedutivos, Baranowski chega a uma teoria nova das crises, composta com elementos das teorias da economia clássica e dos princípios expostos por Marx no 2.<sup>o</sup> volume do *Capital*. À parte a contribuição oferecida pela teoria interpretativa que contém, êste trabalho tem de notável haver quebrado o desinteresse até então prevalecente acêrca das crises econômicas e que se traduzia, seja pelo lugar menos que secundário que ocupavam nas teorias clássicas, seja pelo caráter superficial e meramente descritivo com que haviam sido tratadas por alguns autores posteriormente a Ricardo. O estudo descritivo das crises, com tôda a atenção voltada para o encontro de regularidades na sua repetição, iniciado por Juglar, teve utilidade como reação contra o alheamento do pensamen-

---

(30). — *Le Marché Monétaire et ses Crises depuis Cinquante Ans*, 1865.

(31). — *Op. cit.*, pág. 241.

to clássico que não podia deixar de resultar de um sistema de economia política baseado no equilíbrio. Teve utilidade também na medida em que se elaborou sistematicamente os materiais da observação, facilitando assim os estudos teóricos posteriores. Mas a interpretação teórica das flutuações periódicas da atividade econômica pouco ou nada progrediu por obra desses estudos apenas descritivos. A contribuição mais efetiva neste campo foi a da obra de Baranowski.

Em Tugan-Baranowski acentua-se o delineamento da noção de ciclo econômico, iniciado por Juglar. Até meados do século XIX tôdas as referências que se encontram são feitas às crises. Juglar põe em destaque a sua periodicidade e refere-se à repetição de três fases do desenvolvimento econômico: a ascensão, o declínio e a crise. Baranowski insiste nesse caráter e, ao que parece, pela primeira vez usou a expressão ciclo. Eis as suas palavras: "A evolução capitalista é periódica, no sentido de que é feita de uma sucessão de períodos de progresso e de enfraquecimento, de prosperidade e de depressão, de que evolui segundo um ciclo. O ciclo industrial abrange aproximadamente (mas apenas aproximadamente) dez anos. Segundo as palavras tantas vezes citadas de Samuel Lloyd, todos os dez anos temos "a calma comercial, depois de um progresso, o regresso da confiança, a prosperidade, o enervamento, a especulação intensiva, as lutas convulsivas, o impasse, a estagnação dos negócios, a miséria... e depois novamente a calma comercial". Este ciclo industrial pode ser considerado como uma lei inerente à economia capitalista. Abrange, como se pode ver pela história das crises inglesas, de sete a onze anos" (32).

#### IV. — AS TEORIAS EXÓGENAS

No último quartel do século passado e no primeiro quartel deste século as relações entre as modificações sobrevindas na produção agrícola e as flutuações da atividade industrial inspiraram um certo número de teorias, tôdas elas fundamentadas em observações estatísticas. Nessas teorias os ciclos econômicos são considerados como fenômenos originados, não pela natureza intrínseca do sistema econômico, mas por circunstâncias externas a esse sistema, embora nele provocando reações. Essas são, nitidamente, teorias exógenas dos ciclos econômicos, pois as modificações das variáveis que originam modificações da atividade econômica geral tem lugar fora do sistema econômico (isto é, não podem ser "explicadas" pelo funcionamento do sistema econômico). No entanto, a presença no esquema interpretativo destas teorias das reações do sistema econômico às excitações iniciais, faz com que essas teorias constituam uma fase de transição das teorias primitivas dos eco-

---

(32). — Op. cit., pág. 248.

nomistas clássicos (que tomavam conhecimento apenas dos pontos de inversão, isto é, das "crises"), para as teorias modernas, que são explicações causais e endógenas e se referem a tôdas as fases do ciclo e não apenas às crises.

O que se segue refere-se de preferência às idéias de W. S. Jevons (33), H. S. Jevons (34) e H. L. Moore (35).

Êsses autores procuram explicar a periodicidade dos ciclos econômicos provando a existência de uma periodicidade análoga na produção agrícola, resultante de variações mais ou menos pronunciadamente cíclicas das condições meteorológicas.

O encadeamento de causas é assim concebido nessas teorias: *Manchas solares... Influências cósmicas... Condições meteorológicas... Colheitas agrícolas... Movimento geral da actividade econômica.*

O ponto fraco destas teorias reside em que, em contradição com a base factuaal e estatística que apresentam, delas não resulta uma mesma duração para o ciclo das colheitas agrícolas. Para W. S. Jevons êsse ciclo teria dez anos e meio, para H. S. Jevons, três anos e meio, enquanto que Moore pronuncia-se por oito anos.

Hoje em dia os economistas, com raríssimas excepções, mostram-se muito céticos a respeito da influência das condições meteorológicas na determinação da ciclicidade dos movimentos da economia.

"As condições agrícolas são provàvelmente, na melhor das hipóteses, simples causas episódicas e iniciais, determinando muitas vêzes o momento preciso da recuperação e da crise, e portanto o comprimento de ciclos particulares. Mas não se prestam a explicar a conformação do ciclo, a qual é mais provável que seja o resultado das reações da actividade econômica aos impulsos iniciais, reações que são determinadas por fatores monetários, psicológicos e institucionais" (36).

Mas ainda mesmo na época em que surgiu, a explicação meteorológica das crises não chegou a gozar de grande crédito. Um economista russo observou o insucesso da tentativa de W. S. Jevons, escrevendo: "O ciclo capitalista é regido pelas suas próprias leis, que são independentes do movimento das colheitas e do preço do pão. Assim, por exemplo, na Inglaterra o período de prosperidade

- 
- (33). — W. Stanley Jevons, *The Period and the Price of Corn*, London, 1875; *The Periodicity of Commercial crisis and Its Physical Explanation*, London, 1878; *Commercial Crisis and Sun-spots*, London, 1879. Todos êstes artigos encontram-se reimpressos em *Investigations in Currency and Finance*, London, 1884.
- (34). — H. Stanley Jevons, *The Causes of Unemployment, The Sun's Heat and Trade Activity*, London, 1910; *Trade Fluctuations and Solar Activity*, in *Contemporary Review*, Aug. 1909.
- (35). — Henry L. Moore, *Economic Cycles: Their Law and Cause*, N. York 1914; *Generating Economic Cycles*, N. York, 1923.
- (36). — J. A. Estey, *Business Cycles: Their Nature, Cause and Control*. N., York, 1942, p. 195.

industrial de 1820 a 1823 abrangeu exatamente os anos de má colheita e a estagnação industrial coincidiu com as boas colheitas. . . Em geral a comparação do preço do pão com as fases do ciclo industrial revela com uma evidência completa a não existência de dependência causal entre essas duas ordens de fenômenos” (37), e observa ainda em nota: “Basta, para adquirir o convencimento de que assim é, comparar a curva dos preços do ferro, que acompanha rigorosamente as fases do ciclo capitalista, com a dos preços do pão. Não se observa nenhum paralelismo entre as duas” (38).

É curioso observar a aparente contradição que existe entre a orientação de W. S. Jevons na elaboração da teoria das crises, empírica e estatística e o caráter da sua principal obra, *The Principles of Political Economy* (1871), onde Jevons seguiu uma orientação abstrata e dedutiva e utilizou um método matemático. A explicação está em que Jevons, além de afirmar a importância dos estudos empíricos e estatísticos para o avanço da ciência econômica, declara também que as leis fundamentais da economia são de natureza muito geral, podendo portanto ser comparadas com as leis das ciências físicas.

## V. — IDENTIFICAÇÃO DOS PRIMEIROS ELEMENTOS DA MODERNA TEORIA DOS CICLOS

Foi nos últimos anos do século passado e nos primeiros anos deste século que se assentaram as bases da moderna teoria macroeconômica dos ciclos econômicos. Cinco economistas produziram essas contribuições decisivas: Wicksell (39), Aftalion (40), Schumpeter (41), Tugan-Baranowski (42), Bouniatian (43) e Spiettoff (44).

O economista sueco Wicksell elaborou uma explicação do ciclo econômico onde o papel decisivo é desempenhado pela taxa de juro, em relação com a taxa de lucro média dos capitais (a “taxa de juro natural”). Às discrepâncias entre as duas taxas originam movimentos de preços que tendem a propagar-se contínua e acele-

---

(37). — Tugan-Baranowski, *Les Crises Industrielles en Angleterre*, trad. francesa, Paris, 1913, pág. 237.

(38). — Tugan-Baranowski, *ibidem*.

(39). — *Interest and Prices*, trad. do alemão, London, 1936 (1898).

(40). — *Essai d'une théorie des crises générales et Périodiques*, in *Revue d'Economie Politique* (1909).

(41). — *Theory of Economic Development*, trad. do alemão, Cambridge, (1912)

(42). — Obra citada anteriormente.

(43). — *Les Crises Economiques*, trad. do russo, Paris, 1930 (1907).

(44). — *Vorbemerkungen zu einer Theorie der Überproduction*, in *Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft*, 1902; *Die Krisentheorien von M. V. Tugan-Baranowski und L. Pohle* *ibidem*, 1903; *Krisen*, in *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, 1925, vol. VI; resumo e discussão das idéias centrais dessas obras em Alvin H. Hansen, *Business Cycles and National Income*, principalmente págs. 292-300. e 310-311, e Howard S. Ellis, *German Monetary Theory*, 1905-1933, págs. 299-300 e 397-401.

radamente e são acompanhados e agravados por movimentos no mesmo sentido do investimento e portanto de toda a atividade econômica.

Atribui-se hoje uma importância muito menor à taxa de juro como determinante do volume do investimento. Mas o caráter cumulativo dos movimentos de expansão e de contracção, de valor explicativo em grande parte válido ainda hoje, foi identificado no "movimento wickselliano". Também a Wicksell se deve a "concepção pendular" do ciclo econômico, segundo a qual este é o resultado das características estruturais do sistema econômico que fazem com que este *responda ciclicamente* aos estímulos exteriores e irregulares.

Tugan-Baranowski ocupou-se muito detidamente do que hoje é considerado ponto assente entre os teóricos do ciclo econômico, a tendência da produção de bens de capital para flutuar mais violentamente do que a produção de bens de consumo e a importância deste fato para a explicação do ciclo. Ocupou-se, também, das consequências para o movimento de expansão do ciclo econômico do crédito bancário de natureza inflacionária.

Observou Tugan-Baranowski sofrer o *preço do ferro* variações paralelas às fases do ciclo, denunciando portanto flutuações idênticas na *procura do ferro*, e logo, na procura de meios de produção. A fase ascendente do ciclo é, assim, caracterizada pelo aumento da procura de bens de capital, enquanto que a fase descendente é caracterizada pelo decréscimo da procura dos mesmos bens. É por este motivo que as indústrias que produzem bens de capital sofrem as flutuações mais violentas. Mas, em resultado da interdependência de todos os setores da economia, as flutuações da atividade nas indústrias de bens de capital transmitem-se a todo o sistema econômico.

Qual a razão, no entanto, das flutuações do capital fixo? Afirma Tugan-Baranowski que tal resulta de ser a acumulação de fundos de empréstimo, provenientes de poupança (ao que chama "capital livre") relativamente constante e estável durante todo o ciclo econômico, o mesmo não se dando com as oportunidades de transformação desse capital livre em capital real (investimento). As oportunidades de investimento surgem apenas periodicamente, depois de se haverem acumulado durante algum tempo na fase de depressão os fundos da poupança alimentados por aquelas classes do rendimento que estão menos sujeitas à flutuações no decurso do ciclo, as rendas da terra e os juros de obrigações e hipotecas. Uma vez reiniciado o investimento, o aumento da atividade econômica propaga-se a todos os setores e, após um certo lapso de tempo, é financiado também pelo recurso ao crédito bancário de natureza inflacionária.

Mas quando se extinguem os fundos da poupança, cessa a acumulação de instrumentos de produção e com ela a fase ascendente do ciclo (45).

Esta análise de Tugan-Baranowski é claramente incompleta e deficiente, principalmente na identificação dos motivos determinantes do investimento. Mas teve o mérito de chamar a atenção, na interpretação das flutuações cíclicas, para o papel da distinção entre bens de consumo e bens de capital, bem como para as relações entre a acumulação do capital fixo e o processo poupança — investimento.

Spiethoff teve o mérito de proceder a uma análise mais satisfatória das causas determinantes do investimento, dêsse modo oferecendo uma contribuição no aspecto em que era menos satisfatória a interpretação de Baranowski.

Aftalion é, com J. M. Clark, co-autor do *princípio da aceleração*, segundo o qual a produção de bens de capital tende a amplificar as variações verificadas na procura de bens de consumo. Esse princípio, implicando que as modificações sobrevindas na procura de bens de consumo se refletem com intensidade crescente nas fases anteriores (mais afastadas do consumo ou do acabamento dos produtos) da produção, contribui para explicar o caráter de aceleração automática e de progressão contínua do ciclo econômico na sua fase ascendente.

Na base da sua teoria das crises, Bouniatian coloca a teoria subjectiva do valor, dando um fundamento teórico à noção de “depreciação geral das riquezas” e, por consequência, à de “sobrepodução geral”, assim como explicando a formação e o movimento dos preços ao mesmo tempo que às variações conexas da repartição das riquezas, bases indispensáveis da teoria da conjuntura.

A orientação teórica de Bouniatian tem muito de comum com a de Aftalion. A do economista francês, como a do economista russo, baseia-se nas duas idéias seguintes:

1.º — a modificação da utilidade social das riquezas em seguida a alterações da relação entre a quantidade destas últimas e a necessidade que delas se tem, é uma causa da elevação geral dos preços no período de expansão da vida econômica e da sua baixa em tempos de crise;

2.º — a duração do processo capitalista de produção, exigindo a criação de toda uma série de bens intermediários para a produção dos bens de consumo final, é a base do período de ascensão.

No entanto, Bouniatian considera essas duas circunstâncias juntamente com o mecanismo correspondente da formação e do movimento dos preços, apenas como condições indispensáveis graças

---

(45). — Tugan-Baranowski, op. cit., págs. 247-273.

às quais a tendência constante no sentido da acumulação excessiva de capitais conduz aos acessos periódicos de sobreprodução (46).

Schumpeter põe em relêvo o papel do empresário inovador na dinâmica do sistema econômico capitalista, iniciando novos processos logo imitados e provocando a acumulação do investimento em vagas. Esses acessos intermitentes de novos investimentos provocam por parte do sistema econômico respostas de natureza aproximadamente cíclica.

Na realidade, as teorias modernas do ciclo econômico contêm todos estes elementos, que representaram o início da investigação dos aspectos *macro-econômicos e reais* (em oposição aos simples movimentos de preços) das flutuações da actividade econômica.

### NUNO FIDELINO DE FIGUEIREDO

Professor de Economia da Universidade Católica de São Paulo e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

---

(46). — Bouniatian, op. cit., págs. XVII-XVIII.